

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS - ATIVIDADE OPERACIONAL

A empresa, FORCELINI AGRORURAL S.A., Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob n.º 48.995.680/0001-57, cadastrada no estado sob n.º 262.068.320, estabelecida na Área RURAL, 0, LINHA 24 DE FEVEREIRO GRANJA VM FORCELINI, INTERIOR, Concórdia, SC, 89.715-899, tendo como a atividade principal o Cultivo de erva-mate.

A empresa iniciou as suas atividades em 28/12/2022, sendo registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 28/12/2022 sob n.º 42207514776.

Em 2025, houve a transformação da sociedade empresária limitada em sociedade anônima de capital fechado, conforme registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 15/05/2025 sob n.º 42300067229.

NOTA 02 - BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se por base a Lei 6.404/76. E também de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as demais práticas contábeis adotadas no Brasil.

A empresa está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e as Notas Explicativas, estando dispensada da apresentação, nos termos da Lei 6.404/76, da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é obrigatória apenas para as companhias de capital aberto.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela administração em 22/04/2026 e não há eventos subseqüentes a serem divulgados.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis compreendem o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e 2024, e foram preparadas com base no custo histórico, sendo que as demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da empresa.

As demonstrações contábeis e livros contábeis foram preparados baseados na documentação contábil apresentada pelos administradores da empresa, e de acordo com a ITG 2000 para Escrituração Contábil, e atendem o regime de competência.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 03 - POLÍTICA E PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial, e aos princípios contábeis.

As políticas contábeis adotadas, descritas abaixo, tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

3.1 Ativos

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Abrangem saldos de caixa, depositos bancarios a vista e aplicações de liquidez imediata.

3.1.2 Clientes a Receber

Os clientes a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda a prazo de mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade. Estes itens, são reconhecidas inicialmente pelo valor nominal da fatura. Se eventualmente o prazo de recebimento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo método do custo amortizado aplicando-se uma taxa efetiva de juros. Se os juros estiverem embutidos no valor da nota fiscal, é efetuado ajuste a valor presente, independentemente se os juros estejam implícitos ou explícitos.

Se a administração da sociedade encontrar evidências de perdas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma estimativa do valor como despesa no resultado e uma redução ao valor recuperável no respectivo ativo.

3.1.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo da última compra, o qual é inferior aos valores de reposição e realização.

A empresa mantém estoques de imóveis, composto por lotes.

3.1.4 Investimentos

Esta rubrica contempla investimentos que não possuem expectativa de realização para os próximos 12 meses. Referem-se à aplicações financeiras em títulos de capitalização, bem como aplicações em cota de capital de cooperativas de crédito.

A empresa possui quotas de participação na cooperativa de crédito Sicredi, o qual são avaliados o pelo custo histórico.

NOTAS EXPLICATIVAS

Além disso, essa conta representa Propriedades para Investimento, que são lotes adquiridos para aluguel a terceiros ou para valorização. Esses itens são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, e não estão sendo depreciados, por se tratar de Terrenos.

3.2 Passivos

A empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor histórico acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado.

3.2.1 Obrigações Tributárias

Esta rubrica contempla os tributos a pagar ou a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a venda, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros.

A empresa é tributada com base no lucro presumido. O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 por trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e é reconhecida no resultado.

3.2.2 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Abrangem as obrigações de curto prazo com o pessoal que são reconhecidas como despesas no mês em que ocorre a prestação do serviço.

Alcança os valores de lucros a pagar aos sócios (distribuídos, mas não pagos) conforme estatuto social.

3.3 Patrimônio Líquido

3.3.1 Capital Social

O valor do capital social é R\$ 1.160.317,00 (um milhão, cento e sessenta mil, trezentos e dezessete reais), em moeda corrente nacional, dividido em ações de R\$ 1,00 cada, distribuídos conforme percentuais dos sócios, definidos em estatuto social, devidamente registrado na Junta Comercial.

Socio: Valdir Forcelini - Quantidade de Ações: 1.145.317 - Valor R\$ 1.145.317,00 - 98,70%

Socio: Franciele Forcelini - Quantidade de Ações: 5.000 - Valor R\$ 5.000,00 - 0,43%

Socio: Fernanda Forcelini - Quantidade de Ações: 5.000 - Valor R\$ 5.000,00 - 0,43%

Socio: Aline Forcelini - Quantidade de Ações: 5.000 - Valor R\$ 5.000,00 - 0,43%

3.3.2 Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados e Lucros do Exercício

NOTAS EXPLICATIVAS

No ano de 2025 a empresa apurou lucro de R\$ 401.572,67.

Conforme estatuto, o lucro líquido apurado, após a dedução de prejuízos da provisão para imposto de renda e demais despesas, terá a seguinte destinação: 5% para a constituição da Reserva Legal até que esta atinja a 20% do Capital Social; (b) um dividendo calculado à razão de 25% sobre o valor do Capital Social, limitando entretanto a 25% do Lucro Líquido, a ser distribuído aos acionistas; (c) o saldo terá o destino que a Assembleia Geral assim o determinar.

Assim, foi destinado o valor de R\$ 20.078,63 para Reserva Legal, e foi destinado o valor de R\$ 195.909,19 para distribuição de lucros aos socios nos periodos subsequentes. Foi distribuido lucros no ano de 2025 o valor de R\$ 185.584,85, apurados com demonstrações intermediarias.

3.3.3 Reserva Legal

De acordo com o estatuto social e com a Lei 6.404/76, deverá ser destinado 5% do lucro liquido apurado, para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja a 20% do Capital Social. No ano de 2025, foi destinado o valor de R\$ 20.078,63.

3.3.4 Distribuição de Lucros

Foram elaboradas demonstrações intermediárias no período de 01/01/2025 a 31/05/2025, de 01/01/2025 a 30/06/2025, de 01/01/2025 a 31/07/2025, de 01/01/2025 a 31/08/2025, de 01/01/2025 a 30/09/2025, de 01/01/2025 a 31/10/2025, e 01/01/2025 a 30/11/2025 para distribuição dos lucros no mês de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025. Essa distribuição foi realizada de acordo com o estabelecido no artigo 13º do estatuto social.

3.4 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento das receitas quanto das despesas.

3.4.1 Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis, de acordo com o período de competência em que incorrem.

As receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor do serviço é mensurável de forma confiável e o mesmo foi concluído pela empresa, sendo que os custos incorridos ligados a prestação do serviço possam ser mensurados de forma confiável.

As receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Empresa não detém mais o controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta sendo totalmente transferidos ao comprador.

3.4.2 Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente as receitas de aplicações financeiras e juros sobre capital. As despesas financeiras referem-se principalmente as despesas bancárias diversas que são reconhecidas no resultado da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS

4. Provisões e Ativos e Passivos Contingentes

4.1 Provisões

Caso a entidade possuir processos em andamento de natureza trabalhista, tributária e civil, as respectivas provisões para contingências, quando necessárias, serão constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda for avaliada como provável. Quando necessário, serão efetuados depósitos judiciais.

A empresa não possui obrigação como resultado de eventos passados e com perda provável para constituir provisões até a data da divulgação das demonstrações.

4.2 Ativos e Passivos Contingentes

Até a data da divulgação das demonstrações a empresa não possui probabilidade de entradas de benefícios econômicos, por isso não há ativo contingente.

Não existem passivos contingentes, pois a empresa não tem nenhuma obrigação possível, mas incerta até a data da divulgação das demonstrações.

VALDIR FORCELINI
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 220.084.119-15

VILSON JOSE FARINA
CRC: 1-SC-005672/O-2 - Técnico em Contabilidade
CPF: 032.035.069-04